

Unidade Curricular	Política e Legislação Florestal		Área Científica	Direito														
CTeSP em	Defesa da Floresta Contra Incêndios		Escola	Escola Superior Agrária de Bragança														
Ano Letivo	2019/2020	Ano Curricular	2	Nível	0-2													
Tipo	Semestral	Semestre	1	Créditos ECTS	3.0													
Código		4091-655-2104-00-19																
Horas totais de trabalho	81	Horas de Contacto	T	-	TP	-	PL	-	TC	-	S	-	E	-	OT	45	O	36

T - Ensino Teórico; TP - Teórico Prático; PL - Prático e Laboratorial; TC - Trabalho de Campo; S - Seminário; E - Estágio; OT - Orientação Tutoria; O - Outra

Nome(s) do(s) docente(s) Maria Sameiro Ferreira Patrício

Resultados da aprendizagem e competências

No fim da unidade curricular o aluno deve ser capaz de:
Conhecer os instrumentos de política, a legislação relacionada com a defesa da floresta contra incêndios e instrumentos de gestão florestal, bem como as fontes essenciais de pesquisa de informação.

Pré-requisitos

Antes da unidade curricular o aluno deve ser capaz de:
Não tem

Conteúdo da unidade curricular

Noções básicas de Direito. Legislação Florestal. Instrumentos de política florestal em Portugal: Lei de Bases da Política Florestal; Estratégia Nacional para as Florestas; O Ordenamento Florestal no Planeamento do Território. Planos Regionais de Ordenamento Florestal na perspectiva DFCI. Legislação no âmbito da defesa da floresta contra incêndios (DFCI). Competências das entidades coordenadoras DFCI e comissões de defesa da floresta. Planeamento da DFCI – principais instrumentos.

Conteúdo da unidade curricular (versão detalhada)

- Noções básicas de Direito: Leis normativas e leis físicas; Estrutura da norma jurídica;
 - Carácter necessário do direito; Direito Natural vs Positivo; Direito Objectivo. Costume e Direito.
 - O Conceito de Lei; Como se fazem as leis e como cessa a sua vigência; Hierarquia das leis
 - Jurisprudência dos Tribunais; Doutrina
- Instrumentos de política florestal em Portugal
 - Lei de Bases da política Florestal; Estratégia Nacional para as Florestas
 - O Ordenamento Florestal no Planeamento do Território: Os PROF's na perspectiva DFCI
- Legislação Florestal: Competências Comunitárias, Nacionais, Municipais em Matéria Florestal .
 - Legislação no âmbito da defesa da floresta contra incêndios
- Competências das entidades coordenadoras DFCI e comissões de defesa da floresta.
 - Planeamento DFCI: principais instrumentos: PROF's, PMDFCI, ZIF, PGF, PDM's.

Bibliografia recomendada

- Inocência Galvão Telles, Introdução ao Estudo do Direito, Volume 1, Coimbra Editora, 2001.
- Lei nº 33/96 de 17 de Agosto - Lei de Bases da Política Florestal; Resolução do Conselho de Ministros n.º 6 -B/2015, de 4 de fevereiro, aprova a Estratégia Nacional para as Florestas
- Legislação diversa - Diário da República Legislação Nacional <https://dre.pt/>
- Lei n.º 76/2017 de 17 de agosto Altera o Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (atualizações legislativas dos diversos diplomas)
- Material didático disponibilizado na plataforma virtual do IPB.

Métodos de ensino e de aprendizagem

Aulas teórico-práticas com exposição das matérias através de materiais audiovisuais e componente de pesquisa com compilação e organização de informação. Análise e discussão de casos de estudo e realização de trabalhos de pesquisa de informação na Internet. Uso de aplicativos para dispositivos móveis. Quizes.

Alternativas de avaliação

- Exame final e trabalhos. - (Ordinário, Trabalhador) (Final, Recurso, Especial)
- Exame Final Escrito - 50%
- Trabalhos Práticos - 50% (Com apresentação em Seminário)

Língua em que é ministrada

Português

Validação Eletrónica

Maria Sameiro Ferreira Patrício	João Paulo Miranda Castro	Marina Maria Pedrosa Meca Ferreira Castro	Amílcar Manuel Lopes António
19-11-2019	25-11-2019	25-11-2019	25-11-2019